



## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

**Cristina Pádua Braga Margon**

Graduanda em Ciências Contábeis pela UFES.

Email: [cristinapbmargon@gmail.com](mailto:cristinapbmargon@gmail.com)

**Adália dos Anjos Kapoco**

Graduanda em Ciências Contábeis pela UFES.

Email: [adanjoskaapoco@gmail.com](mailto:adanjoskaapoco@gmail.com)

**Gabriel Moreira Campos**

Doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP. Professor adjunto da UFES.

Email: [gabriel.campos@ufes](mailto:gabriel.campos@ufes).

### RESUMO

Trata-se de estudo que busca responder à questão de pesquisa: Qual o Grau de Accountability de Organizações do Terceiro Setor atuantes no Brasil? Com o objetivo de analisar o grau de *Accountability* de um conjunto de entidades do terceiro setor filiadas ao Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE. Em relação à metodologia, trata-se de um estudo exploratório, e para responder à questão da pesquisa e alcançar os objetivos, foram realizadas análise documental, pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. No referencial teórico foram abordados aspectos relativos ao Terceiro Setor, as organizações que dele fazem parte e o construto *accountability* com ênfase para a configuração de tal processo. O estudo teve como objeto nove entidades com diferentes missões, valores e objetivos, cujas demonstrações contábeis, notas explicativas, relatórios dos auditores independentes, relatórios de atividades e outros, foram publicados entre os anos de 2012 a 2017. Através dos dados levantados foi possível formular um grau de *accountability* para estas entidades, constatando-se a existência de uma padronização do grau de *accountability*, nas diferentes configurações examinadas e, foi possível observar que, enquanto algumas entidades possuem nível satisfatório de transparência, outras não publicam informações básicas em seus *websites*, podendo vir a comprometer a eficácia organizacional, além da oportunidade de conseguir mais recursos através de parceiros no demais setores.

**Palavras-Chave:** Grau de *Accountability*, Terceiro Setor, Organizações.

### Analysis of the Accountability Degree of Third Sector Organizations operating in Brazil

#### Abstract

It is a study that seeks to answer the research question: What is the Degree of Accountability of Organizations of the Third Sector operating in Brazil? With the objective of analyzing the degree of Accountability of a group of entities of the third sector affiliated to the Group of Institutes Foundations and Companies - GIFE. In relation to the methodology, this is an exploratory study, and to answer the research question and achieve the objectives, documentary analysis, bibliographic research and content analysis were performed. In the theoretical reference, aspects related to the Third Sector, the organizations that are part of it and the accountability construct with emphasis to the configuration of such process were approached. The study had as object nine entities with different missions, values and objectives, whose financial statements, explanatory notes, independent auditors' reports, activity

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

reports and others, were published between the years of 2012 and 2017. Through the data collected it was possible to formulate a degree of accountability for these entities, with the existence of a standardization of the degree of accountability, in the different configurations examined, and it was possible to observe that, while some entities have a satisfactory level of transparency, others do not publish basic information on their websites, which may compromise organizational effectiveness, as well as the opportunity to obtain more resources through partners in other sectors.

**Keywords:** Accountability Degree, Third Sector, Organizations.

### 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização humana, tem-se conhecimento de iniciativas mútuas destinadas a melhorar as condições de vida das pessoas em diferentes áreas como saúde, cultura, etc. A partir do século 19, a participação operária na vida pública é destacada por Fernandes (1994) como evento significativo de um movimento associativo que se intensificou nas décadas de 70 e 80 do século XX, congregando diferentes grupos em lutas como preservação do meio ambiente, igualdade de gênero, combate à fome, entre outras.

Nesse contexto, Fernandes (1994) consagra a denominação “Terceiro Setor”, aqui considerado como sendo formado por organizações que não pertencem nem ao setor público e nem ao setor privado com fins lucrativos (empresas). Sua revitalização, após os anos do ciclo virtuoso do fordismo, é vista como uma “evolução do agir coletivo da sociedade, fundamentada na cooperação social, na ajuda e na resistência”, segundo Pimenta, Saraiva e Corrêa (2006, p. 41).

As organizações do Terceiro Setor são caracterizadas como entidades cujo objetivo principal são as ações sociais ao invés das ações econômicas (HUDSON, 1999). São conhecidas como organizações sociais que operam em um ambiente diferente do Estado e do mercado (ANHEIER; SEIBEL, 1990). A literatura evidencia sua relevância, pois oferece contribuições importantes para a população, preenchendo lacunas deixadas tanto pelo poder público quanto pelo mercado, ou seja, pelo primeiro e segundo setores, respectivamente.

No Brasil, a política de desenvolvimento social demanda a participação de novos protagonistas, pois quem deveria fazer esta função, o poder público, não dispõe de plenas condições para implementá-la sem a cooperação de outros atores. O papel do Estado vem sendo remodelado, pois visa aumentar a parceria com setores que possam suprir e colaborar no enfrentamento de tais questões em contrapartida à parceria (HECKERT, 2001).

Para aumentar esta parceria entre as entidades e o governo, foi aprovada a Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2017, regulamentando as parcerias entre a administração pública e as organizações do terceiro setor (com recursos financeiros ou sem recursos

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

financeiros). Com isso, pode-se ampliar a atuação das organizações de forma valorizando-as com a participação da gestão pública de forma clara e transparente para a sociedade. (LOPES et al., 2016).

Segundo o livro *Entendendo o MROSC* (LOPES et al., 2016, p. 6), “As parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil qualificam as políticas públicas, aproximando-as das pessoas e das realidades locais e possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora”.

Diante disso, as organizações do Terceiro Setor enfrentam diariamente o desafio da sustentabilidade organizacional, uma vez que são dependentes de recursos externos<sup>1</sup>, os quais são provenientes do setor privado, de organizações internacionais, do governo ou de pessoas físicas.

Uma das formas principais de conseguir recursos é tendo parceria com o Estado. Para Lopes et al. (2016) a Lei 13.019/2014 define que, para que organizações do terceiro setor façam parceria com poder público, as organizações deverão ter no seu estatuto cláusulas que indiquem, entre outras coisas: Não distribuição de lucros e Escrituração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. No artigo 2º Lei 13.019/2014 do inciso XIV sobre prestação de contas está escrito:

“Procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: a) apresentação das contas, de responsabilidade da organização da sociedade civil; b) análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.” (LOPES et al., 2016, p. 71).

A atuação das organizações do terceiro setor é permeada por um conjunto de desafios internos e externos, dentre os quais destaca-se o construto *Accountability*, que não possui uma tradução exata para o português, podendo ser entendida como a prestação de contas de forma clara e responsável por parte daqueles que se revestem da atribuição da governança (Carneiro; Oliveira e Torres, 2011).

*Accountability*, responsabilidade e prestação de contas também são ressaltadas por Oro, Vicenti e Scarpin (2014) que, ao concordarem com Falconer (1999, p. 16), afirmam que na falta de tradução para a língua portuguesa, o termo está diretamente relacionado com a necessidade de ser transparente e com cumprimento do dever de prestar contas diante dos usuários interessados. Para tanto, o alcance da missão das organizações do terceiro setor passa

---

1

Entende-se por recurso tudo aquilo que está sob o controle da organização, e que permite que a mesma desenvolva estratégias capazes de incrementar sua eficiência e eficácia. Os recursos podem ser caracterizados como tangíveis e intangíveis (BARNEY, 1991; BARNEY, 2001; ARMANI, 2008).

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

pela concretização eficaz do processo no qual se configura a *accountability*, o que é corroborado por Bovens (2006, p. 9) que define o construto como sendo “[...] uma relação entre um ator e um fórum, na qual o ator tem uma obrigação de explicar e justificar sua conduta e o fórum pode lhe formular questionamentos acerca de sua conduta, julgá-lo e impor-lhe sanções.”.

Assim, a relação de *Accountability*, configura-se como um processo no qual estão envolvidos os personagens com os quais a organização do terceiro setor interage, interna e externamente, na consecução de suas atividades. Conforme Ebrahim (2010), tal processo é composto por mecanismos cujas características são determinadas por tais interações entre os referidos personagens.

Diante do exposto, esta pesquisa norteia-se pela questão: **Qual o Grau de Accountability de organizações do terceiro setor atuantes no Brasil?** tendo como objetivo a elaboração e análise de tal indicador, com base em demonstrações contábeis e outros relatórios publicados nos websites de entidades objeto do estudo.

Para tanto, foram realizadas pesquisa documental e análise de conteúdo sobre o conjunto das demonstrações contábeis padronizadas, bem como relatórios da administração e outros informativos publicados por nove organizações, sendo estas: Fundação Odebrecht, Fundação José Silveira, Fundação Projeto Pescar, Fundação John Deere, Fundação Itaú Social, Fundação Iochpe, Fundação Banco do Brasil, Fundação André e Lúcia Maggi e a Fundação Abrinq, entre os anos de 2012 a 2017, cujos dados foram levantados através dos respectivos *websites* das organizações pesquisadas, que são associadas ao Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE)<sup>2</sup>.

A presente pesquisa justifica-se no estudo de Ebrahim (2010), uma vez que este fornece uma visão geral das pressões de responsabilização exigidas das organizações e examina vários mecanismos de prestação de contas disponíveis a elas. A escolha das entidades para a pesquisa deve-se à relevância das atividades por elas desenvolvidas, as áreas em que atuam e, à adoção de um conjunto de mecanismos de *Accountability* conforme preconizado pelo autor supracitado.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no referencial teórico, são abordados o terceiro setor, as organizações que dele fazem parte e o seu processo de *Accountability*, na sequência, são expostos os procedimentos metodológicos utilizados na implementação do estudo, em

---

2

O Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) é a associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas e é referência no país no tema do investimento social privado.

seguida são demonstrados e analisados os resultados obtidos e as considerações finais da pesquisa.

## **2. Terceiro setor, suas organizações e Accountability**

O Terceiro Setor tem caráter estratégico da maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade Grazioli et. al. (2015, p. 27). Salienta-se que, para fins deste estudo, o denominado Terceiro Setor compõe-se de entes coletivos, pessoas jurídicas de direito privado, configurados de acordo com o Código Civil brasileiro, em associações civis e fundações de direito privado.

Em seu trabalho, Grazioli et. al. (2015, p. 27) afirmam que o Terceiro Setor, como reflexo direto da capacidade de ação, generosidade, solidariedade da própria sociedade civil brasileira, deve ser consolidado. Para tanto, é indispensável que seu marco legal seja reformulado juridicamente, uma vez que, na medida que ele seja saneado institucionalmente, sua importância ética, social e política seja resgatada aos olhos da própria comunidade em que se insere.

Para os referidos autores, *Accountability* é entendida como uma prestação de contas e pode ser definida como o dever de fornecer uma conta ou um acerto de contas para aqueles cuja ação é realizada, nesse sentido, *Accountability* envolve uma promessa de realização e uma moral de responsabilidade legal de fornecer uma conta para as partes interessadas. Esta definição sugere que a prestação de contas encerra duas responsabilidades diferentes, mas relacionadas, o dever de realizar determinada ação e o dever de fornecer uma explicação para essas ações. Então *Accountability* é, também, a obrigação e responsabilidade de responder por algo (CAMPOS, 1990).

Robustecendo o debate, Zuccolotto; Teixeira e Riccio (2015) entendem que o conceito de *Accountability* não exclusivamente relacionado a prestação de contas, e que os conceitos de transparência e de *Accountability* não devem ser confundidos, tendo em vista que a amplitude da *Accountability* atinge não apenas a prestação de contas e a publicidade das ações, mas a exigência de mecanismos institucionais de controles que possam gerar incentivos e sanções, caso o agente cumpra ou não suas obrigações.

Sendo *Accountability* “o processo que mantém os agentes responsáveis pelos seus atos” (Fox e Brown, 1998, p. 12), ou seja, onde é divulgado o que e como está sendo feito dentro das entidades para os interessados, no terceiro setor há muitas discussões sobre quem são essas

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

pessoas para com as quais a entidade tem responsabilidade e até onde pode-se dizer que estas são responsáveis por algo segundo Ebrahim (2010).

A raiz do termo *Accountability* está em *accountable*, cujo significado segundo o dicionário de Cambridge é de “alguém que tem completa responsabilidade pelo que faz e deve dar razão satisfatória para tanto” (ACCOUNTABLE, 2018, tradução nossa)<sup>3</sup>; assim consegue-se entender que a palavra *Accountability* está diretamente relacionada ao quanto uma entidade cumpri o seu dever de demonstrar suas ações, o quanto pode-se “contar” com ela para a divulgação dos dados de forma transparente.

Como Ebrahim (2010) defende, no fundo *Accountability* é sobre confiança e esta confiança é praticada a partir da responsabilidade das entidades com a sociedade, por isto é questionado até onde uma entidade pode ser responsabilizada pelo que acontece no seu meio, ou mesmo se é desejável que estas tomem responsabilidade por tudo e por todos.

O primeiro passo é definir quem são os atores pelos quais as entidades são responsáveis. Ebrahim (2010) explica que o processo de *Accountability* varia de acordo com o relacionamento que as entidades têm com a sociedade; este relacionamento, por sua vez, tem a ver com o papel que a organização realiza em si, afinal, existem diferentes tipos de entidades sem intenção de lucro com objetivos e estruturas diferentes.

Segundo Dall’Agnol et al. (2017, p.189), “no Brasil, as organizações voltadas às ações sociais estão sendo transferidas para a iniciativa privada e para a sociedade como um todo”, pois o Estado não consegue atender a todos para uma política de desenvolvimento social eficiente. Sendo assim, organizações enfrentam problemas diariamente quanto a captação de recursos, sendo dependente de doações de empresas privadas (nacionais e internacionais), pessoas físicas e do poder público.

Em seu artigo, os autores também defendem a necessidade da prestação de contas para a entrada dos recursos para tais entidades:

“Acredita-se que a transparência e a prestação de contas são aspectos-chave para a mobilização de recursos, uma vez que processos transparentes podem contribuir para o aumento da captação de recursos, enquanto a prestação de contas apresenta, de forma clara, a origem e a aplicação dos recursos. Assim, define-se prestação de contas como uma obrigação social e pública, que tem como objetivo apresentar informações sobre algo pelo qual é responsável, sendo considerada a base da transparência e do controle social (TCU, 2008 apud Dall’Agnol et al., 2017, p.189)”.

---

3

“Someone who is accountable is completely responsible for what they do and must be able to give a satisfactory reason for it”.

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

As entidades devem respostas para quem as sustenta (uma relação Upward, ou seja, Accountability ascendente), para quem consome de seus serviços (Downward, ou seja, Accountability descendente) e para si mesma (Ebrahim, 2010). As entidades objeto desta pesquisa, arrecadam grande parte de seus recursos através de doações e também recebem apoio governamental com isenção de impostos, assim como recursos financeiros diretos, portanto, há um compromisso de manter estes entes informados de como o que está sendo arrecadado é efetivamente consumido e quais os resultados das atividades exercidas; quem recebe o benefício de tais ações promovidas pelas entidades, como crianças que conseguem ajuda através da Fundação Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), também tem interesse em saber o que está sendo feito pela entidade.

Destaca-se a importância dos dados divulgados, como parte da missão da entidade, para poder guiar seus gerentes a entender o que está sendo alcançado para saber a melhor forma de atingir seus objetivos: “[...] Isto também indica um papel fundamental para conselhos sem intenção de lucro em internalizar a missão, regularmente monitorando a performance contra isto (os dados), e periodicamente revisando-os para mudar condições externas .” (Ibid., p. 10, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Depois de definir quem e para que as entidades do terceiro setor necessitam divulgar seus dados no processo de *Accountability*, é hora de definir como isto será feito. Ebrahim (2003, p. 813, tradução nossa)<sup>5</sup> seleta cinco formas de *Accountability* que estas organizações usam na prática: “relatórios e declarações de divulgação, avaliações de desempenho, auto-regulação da indústria, participação e aprendizado adaptativo”.

O autor diferencia estes métodos em ferramentas e processos, destacando os dois primeiros (relatórios e declarações de divulgação e avaliação de desempenho) como as ferramentas mais usadas; as ferramentas são técnicas utilizadas para conseguir uma *Accountability* e são frequentemente aplicadas durante um período de tempo (anuais, semestrais, etc.) como os relatórios financeiros, já os processos têm conceitos muito mais amplos. (Idem, 2010). Neste artigo, foram definidas as ferramentas que serão utilizadas para analisar o grau de *Accountability* de entidades do terceiro setor aqui estudadas.

### 3. Procedimentos metodológicos

---

4

“It also indicates a critical role for nonprofit boards in internalizing the mission, regularly monitoring performance against it”.

5

“Reports and disclosure statements, evaluations and performance assessments, industry self-regulation, participation, and adaptive learning”.

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

A literatura abordada no referencial teórico evidencia a relevância da temática *Accountability* de entidades de terceiro setor, destacando a oportunidade de investigação no território nacional e, nesse sentido, Borges Junior (2015, p. 54) mostra que há diversos motivos pelos quais uma organização tem interesse em divulgar “mais ou menos” informações sobre elas mesmas; sua pesquisa teve como foco o desempenho socioambiental de empresas do setor elétrico brasileiro, diferente do foco desta, que está interessada no terceiro setor e o que pode-se entender a respeito do que é divulgado por entidades que dele fazem parte.

Para responder à questão da pesquisa e alcançar seus objetivos, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica baseou-se em obras como artigos científicos e livros com temas relacionados à *Accountability*. Na pesquisa documental, foram utilizados demonstrações contábeis e outros tipos de relatórios, tais como: Relatório de Atividades e o Relatório dos Auditores Independentes.

Para o levantamento dos dados, utilizou-se amostragem intencional, uma vez que a natureza do fenômeno investigado diz respeito a informações disponibilizadas em relatórios publicados exclusivamente nos *websites* das organizações pesquisadas, que são associadas ao GIFE. Dessa forma, a análise dos dados levou em consideração o número de 9 entidades cujos relatórios contábeis e demonstrações acessórias foram levantados para os anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. As entidades selecionadas são: Fundação Odebrecht, Fundação José Silveira, Fundação Projeto Pescar, Fundação John Deere, Fundação Itaú Social, Fundação Iochpe, Fundação Banco do Brasil, Fundação André e Lúcia Maggi e a Fundação Abrinq.

O critério para seleção das entidades levou em consideração a relevância das atividades que desenvolvem, áreas em que atuam e o fato de divulgarem informações regularmente em seus *websites* nos últimos anos. Dessa forma foi possível maximizar o número de entidades e a extensão do período sob exame.

Para determinar o grau de *Accountability*, foram utilizados os relatórios divulgados pelas entidades do terceiro setor entre os anos de 2012 e 2017, como documentos-fonte de informações sobre suas atividades.

Foram então compostas 10 ferramentas para a formação do grau, sendo estas: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Fluxo de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Valor Adicionado; Notas Explicativas; o Relatório de Atividades; o Relatório dos Auditores Independentes e “Outros” (composto por qualquer informativo adicional a mais). Em cada ano, do período selecionado, foi calculado quais destas ferramentas a empresa publicava em relação ao total de categorias consideradas neste estudo. Os dados foram tabulados e calculados através do Microsoft Excel.



## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

Nos relatórios publicados pelas organizações encontram-se textos, gráficos e figuras para poder facilitar a compreensão do leitor sobre as ações tomadas pela entidade, no ano de referência do relatório, com o objetivo de atender às demandas sociais, tanto impostas pelo governo como objetivos impostos para si mesmas.

### 4. Análise dos resultados

Tabela 1 - Grau de *Accountability* das Entidades do Terceiro Setor entre 2012 e 2017.

	Odebrecht	José Silveira	Projeto Pescar	John Deere	Itaú Social	Iochpe	Banco do Brasil	André e Lúcia Maggi	ABRINC
2012	11%	11%	89%	67%	33%	78%	89%	100%	89%
2013	11%	11%	89%	67%	89%	78%	89%	100%	89%
2014	11%	11%	89%	67%	89%	78%	89%	100%	89%
2015	11%	11%	89%	67%	89%	78%	89%	100%	89%
2016	11%	11%	89%	67%	89%	78%	89%	100%	89%
2017	11%	11%	89%	X	89%	78%	89%	89%	89%

Relação entre o que foi publicado nos sites nos respectivos anos através de porcentagem por entidade.

Fonte: elaborados pelos autores.

Este item do estudo consiste em apresentar os cálculos feitos através da metodologia adotada e analisar os resultados provenientes destes, com base na perspectiva metodológica proposta por Ebrahim, para saber se as entidades, do terceiro setor brasileiro, estão fazendo o processo de *Accountability* e quais ferramentas estão utilizando.

A Tabela 1 apresenta, por ano, uma relação entre o total das ferramentas, selecionadas nesta pesquisa para compor o grau de *Accountability*, e o quantas delas cada empresa utilizou:

A Tabela 2 apresenta, por ano, uma relação entre o as ferramentas, selecionadas nesta pesquisa para compor o grau de *Accountability*, e o quanto estas usadas no total das entidades analisadas:

Tabela 2 - Relação entre ferramentas de *Accountability* e quantas vezes foram usadas por ano.

Relatório	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Balço Patrimonial	78%	78%	78%	78%	78%	75%
Demonstração do Resultado do Exercício	67%	78%	78%	78%	78%	75%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	56%	67%	67%	67%	67%	75%
Demonstração dos Fluxos de Caixa	56%	67%	67%	67%	67%	75%

**ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR  
ATUANTES NO BRASIL**

<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>	11%	11%	11%	11%	11%	13%
<b>Notas Explicativas</b>	67%	78%	78%	78%	78%	75%
<b>Relatório de Atividades.</b>	89%	89%	89%	89%	89%	75%
<b>OUTROS relatórios</b>	78%	78%	78%	78%	78%	75%
<b>Relatório dos Auditores Independentes</b>	67%	78%	78%	78%	78%	75%
Relação entre o que foi publicado nos sites nos respectivos anos através de porcentagem por ferramenta.						

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do exame da Tabela 1, pode-se concluir que dentre os anos de 2012 e 2017, apenas o primeiro ano teve resultados diferentes dos demais (a mudança nos números em 2017 ocorreu pelo fato da John Deere ainda não ter divulgado seus resultados até o presente momento). As maiores mudanças ocorreram nas Fundações Itaú Social e Iochpe onde as duas entidades passaram a publicar maiores dados no ano de 2013 e continuaram sem adicionar novos documentos nos anos seguintes.

Em 2013 o Itaú Social passou a divulgar as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas; passando a atender quase todos os critérios selecionados na pesquisa. Seu grau de Accountability passou de 33% em 2012 para 89% em 2013.

No período referente de 2012 a 2017 apenas a Fundação André e Lúcia Maggi publicaram em seus relatórios financeiros as Demonstrações do Valor Adicionado. Sendo assim a única entidade a utilizar todas ferramentas do grau de Accountability da pesquisa até 2016 tendo um grau de 100%. Em 2017, até o momento da realização da pesquisa, a entidade ainda não havia divulgado o Relatório de Atividades deste ano.

Em contrapartida a Fundação Odebrecht é a que menos divulga informações online possuindo o menor grau, durante os quatro anos, de 11%. Junto com a Fundação José Silveira, as duas são as únicas entidades a não divulgarem nenhum de seus relatórios contábeis durante o período analisado.

A Fundação Banco do Brasil, a Fundação Itaú Social e a Fundação Abrinq apenas não publicam o Relatório do Valor Adicionado a partir de 2013, tendo o maior grau de Accountability, 89%, depois da Fundação André e Lúcia Maggi.

Em 2012 o Relatório de Atividades foi o relatório mais divulgado entre as nove empresas. Dentre as nove, sete empresas publicaram os dois relatórios. Em seguida, empatado em segundo lugar, estão outras informações e Balanço Patrimonial. Demonstrações do Resultado, as Notas Explicativas e os Relatórios dos Auditores Independente estão na terceira posição, divulgados por seis entidades. As Demonstrações do Fluxo de Caixa e as Demonstrações das

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

Mutações do Patrimônio Líquido estão respectivamente em quarto lugar, publicadas por cinco entidades e, por último, estão as Demonstrações do Valor Adicionado.

A partir de 2013, esses dados mudam, Demonstrações do Resultado, Notas Explicativas e aos Relatórios dos Auditores Independente juntam-se às outras informações e ao Balanço Patrimonial no segundo lugar. Assim, o Relatório de Atividades foi o relatório mais divulgado entre as nove empresas durante a maior parte dos anos analisados. Em terceiro lugar estão novamente as Demonstrações do Fluxo de Caixa e as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido. A Demonstração do Valor Adicionado continua em último em todos os anos sendo que apenas é publicada por uma entidade.

Consegue-se também concluir que todas as entidades quando publicaram o Relatório dos Auditores Independente, publicou junto o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do período; porém o contrário não acontece. A Fundação Projeto Pescar é a única a publicar apenas relatórios financeiros e nenhum administrativo em seu site.

Houveram apenas mudanças positivas nas publicações das entidades analisadas neste período, acrescentando mais ferramentas no processo de Accountability, não havendo nenhuma mudança que fizesse o oposto. Ao acrescentar tais documentos, podemos concluir que isso é feito para que haja maior prestação de contas e transparência para os colaboradores, conseqüentemente aumentando o Grau de Accountability, confirmando o estudo feito por Ebrahim (2010) e Dall’Agnol et al. (2017) sobre a importância da Accountability para este tipo de atividade.

### 5. Conclusão

Ao longo deste trabalho procurou-se criar um grau de *Accountability* para as empresas do terceiro setor brasileiro. Desta forma, nesta pesquisa foi possível constatar que enquanto algumas organizações divulgam grande parte de seus dados para o público como a Fundação André e Lúcia Maggi, outras como a Fundação Odebrecht e a José Silveira deixam a desejar quanto ao que é informado online para seus colaboradores assim como o que é divulgado para população em geral, especialmente no caso das duas entidade citadas que não fazem a publicação de seus relatórios financeiros, assim dificultando a transparência da entidade, uma vez que seus dados não são de fácil acesso.

Sabendo da importância da *Accountability* para conseguir recursos em organizações que não objetivam lucro, fica o questionamento do porquê algumas decidem não compartilhar o que ocorreu ao longo do ano na entidade mais a fundo. Além de ajudar a receber mais doações, os dados servem para todos os setores da comunidade que é afetada por estas organizações, e repassar o que está sendo feito para os investidores requerem uma prestação de contas sobre o

## ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR ATUANTES NO BRASIL

dinheiro que está sendo repassado para a entidade e de que forma o dinheiro está sendo utilizado para alcançar os objetivos que foram propostos.

A conclusão é que as empresas do terceiro setor devem aprimorar o que divulgam em seus *websites* para que possam conseguir mais investimento do setor privado, uma vez que o governo não consegue suprir a demanda do desenvolvimento social. É importante ressaltar que muitas entidades ainda não divulgam nada em seus sites e dentro das que divulgam ainda há espaço para aprimoramento.

É importante ressaltar que esta pesquisa teve por limitação aos dados disponíveis, tendo em vista que as fontes consultadas foram retiradas exclusivamente dos *websites* das empresas associadas ao GIFE. Sendo assim, para futuras pesquisas sugere-se aprofundar a ampliação da amostra para conclusões mais certeiras e um estudo quantitativo sobre o impacto do grau formado no resultado das entidades.

### 6. REFERÊNCIAS

ACCOUNTABLE. Dicionário online de Cambridge. Disponível na Internet via <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/accountable>. Arquivo capturado em 05 de set, 2018.

ANHIER, H. K.; Seibel, W. **The third sector: Comparative studies of nonprofit organizations**. 3. Ed. New York: Walter de Gruyter, 1990.

ARMANI, D. **Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil**. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2008.

BARNEY J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, Texas, v. 17, n. 1, p. 99-120, mar. 1991.

BORGES, JUNIOR, PEDRO, Análise da Associação Entre Desempenho Socioambiental e Disclosure Socioambiental de Empresas do Setor Elétrico Brasileiro. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. (2015 p. 54).

BOVENS, M. Analysing and assessing public accountability: a conceptual framework. **European Governance Papers**, C-06-01, 1-37. (2006 p. 9).

CARNEIRO, A. F., OLIVEIRA, D. L., & TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, 6(2), 90-105 (2011).

CAMPOS, A. M. Accountability: quando podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.24 (2), 30. (Fev./Abr). 1990.

DALL'AGNOL, Camila Fortuna et al. Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: Um Estudo de Casos Múltiplos Realizado no Sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 187-203, abr./jun., 2017.

**ANÁLISE DO GRAU DE ACCOUNTABILITY DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR  
ATUANTES NO BRASIL**

**Entenda o MROSC:** Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Secretaria de Governo da Presidência da República, Laís de Figueirêdo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochardt. Brasília: Presidência da República, 130p, 2016.

EBRAHIM, Making sense of accountability: conceptual perspectives for northern and southern nonprofits. **Nonprofit Management & Leadership**, 14 (2), 191-212. (2003a, p.813).

EBRAHIM, A. Accountability In Practice: Mechanisms for NGOs. **World Development**, 31(5), 813-829. (2003b).

EBRAHIM, A. **The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management** (Cap. 4, pp. 101-104). São Francisco: Jossey-Bass. (2010).

EBRAHIM, A. The many faces of nonprofit accountability. **Havard Business School - working paper**. 10-069, 1-32. (2010).

FALCONER, A. P. A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. **Dissertação** (Mestrado de Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de SP, São Paulo. (1999, p. 16).

FERNANDES et. al. 3º Setor: **Desenvolvimento Social Sustentado**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A. 2005.

GRAZZIOLI, et, al Manual de Procedimentos Para o Terceiro Setor: **Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social, Brasília**. (2015, p. 27).

HECKERT, C. R. **Qualidade de serviços em organizações do terceiro setor**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. Tradução de James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999.

PIMENTA, S. M., SARAIVA, L. A. S, CORRÊA, M. L. (2006). Terceiro Setor: **Dilemas e Polêmicas**. São Paulo, Saraiva. (2006 p.41).

ORO, M., VICENTI. T. & SCARPIN, J. E. Balanço Social no terceiro setor: **análise do modelo IBASE com relação à transparência e prestação de contas à sociedade**. **Contexto**, 14(26), 76-89 (2014).

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA. M. A. C.; RICCIO. E. D. (2015). Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12(25), 137-158. (2015).